

João Vieira Borges

**O MUNDO EM MUDANÇA:
UMA NOVA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL?**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

O MUNDO EM MUDANÇA: UMA NOVA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL?

AUTOR

JOÃO VIEIRA BORGES

EDITOR

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

EDIÇÃO

ANTÓNIO SANTOS TEIXEIRA
SUSANA PATRÍCIO MARQUES

ISBN

978-972-623-298-8

ORGANIZAÇÃO



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

Academia das Ciências de Lisboa

R. Academia das Ciências, 19

1249-122 LISBOA

Telefone: 213219730

Correio Eletrónico: geral@acad-ciencias.pt

Internet: www.acad-ciencias.pt

Copyright © Academia das Ciências de Lisboa (ACL), 2015

Proibida a reprodução, no todo ou em parte, por qualquer meio, sem autorização do Editor

O MUNDO EM MUDANÇA: UMA NOVA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL?

João Vieira Borges¹

Resumo:

Este artigo tem como objetivo apresentar uma leitura sobre “O Mundo em Mudança”, tendo por base uma matriz de análise estratégica, centrada nas relações de poder entre os vários atores das relações internacionais. Considerando que no mundo globalizado de hoje todas as possíveis leituras são conjunturais, levantamos os aspetos mais estruturantes da nova organização mundial, assim como algumas mensagens de e para um futuro melhor.

Abstract:

The aim of this article is to present a vision on "The Changing World", based on an array of strategic analysis, focused on power relations between the various actors of international relations. Bearing in mind that in today's globalized world all possible readings are cyclical, we raise the more structural aspects of the new world organization, as well as the messages for a better future.

1. Introdução

Um olhar sobre “O Mundo em Mudança” e a nova organização mundial foi o desafio que nos lançou a Academia das Ciências de Lisboa, no âmbito deste ciclo “A História tal qual se faz”.

Qualquer olhar sobre o Mundo é determinado pelo protagonista que o faz, estando certamente dependente da sua experiência de vida, do seu conhecimento e saber. Este olhar em particular é determinado pelo cidadão português nascido em África no início da segunda metade do século XX, que viveu intensamente uma guerra civil “determinada” pela Guerra Fria entre os EUA e a URSS e que a partir de 1975 passou a viver num Portugal continental, que foi perdendo o Império e se foi aproximando e dependendo política e economicamente de uma Europa unida mas crescentemente enfraquecida. O mesmo olhar é também marcado por uma experiência de vida associada à instituição militar, à formação académica e à docência ligadas à estratégia (enquanto ciência e arte) e a um conjunto riquíssimo de protagonistas, desde Adriano Moreira a

¹Major-General do Exército, 2º Comandante e Diretor de Ensino da Academia Militar. É Licenciado em Ciências Militares (AM), Mestre em Estratégia (ISCSP), Mestre em Ciências Militares (AM) e Doutorado em Ciência Política (UA). Texto base relativo à intervenção do autor na Academia das Ciências de Lisboa, no dia 7 de outubro de 2015, no âmbito do ciclo “A História tal qual se faz”.

Loureiro dos Santos, passando por Abel Cabral Couto, mas também ao facto de ter visitado mais de duas dezenas de países espalhados por quatro continentes.

A matriz estratégica de análise, sustentada nas relações de poder (materializado em recursos, tangíveis e intangíveis – mas dependente das estratégias e do contexto), é aplicável em qualquer época, mas sempre determinada pelas informações disponíveis. Efetivamente dispomos das informações que nos transmitem os órgãos de comunicação social, instrumentalizados, ou não, por atores nacionais ou transnacionais, com interesses nem sempre claros. Tentaremos que a nossa perceção do Mundo, enquanto cidadão português e europeu, seja marcada pela experiência de quem já analisou o sistema político internacional a partir da China ou dos EUA, em debate com outros militares e académicos dos quatro cantos do Mundo e tendo por base pressupostos mais científicos e estruturais. Nesse sentido, e sem o peso das escolas científicas e de uma linguagem menos clara ao cidadão comum, tentaremos identificar e caracterizar muito sucintamente a nova organização mundial, e deixar as mensagens que entendemos por mais adequadas para a construção de um Mundo melhor.

2. Um Mundo em Mudança

“O estado-nação permanece no centro, mas não está à altura da tarefa de proteger adequadamente os seus cidadãos contra as ameaças – económicas, físicas, ambientais e de saúde – que vêm de fora das suas fronteiras. A comunidade internacional ainda não se encontra em fase de assegurar a proteção ou de sequer mitigar os riscos.”

(Stiglitz, Joseph & Kaldor Mary, Em Busca de Segurança, p.35)

Quem já viveu e conviveu com a Guerra Fria, compreenderá mais facilmente que tem um significado especial referir que existe hoje, para além do Estado, uma pluralidade de atores com maior peso no sistema político internacional, nomeadamente as organizações internacionais, as pessoas coletivas não estaduais e mesmo as pessoas singulares (em especial na Europa dos “valores”). Neste sentido, é maior a complexidade do que quando estavam em confronto, com ou sem equilíbrios de poderes, duas ou três potências, dois ou três blocos.²

Por outro lado, a aceleração progressiva da globalização nas suas diferentes dimensões (política, económica, social, etc.), tem relação direta com as questões da segurança e do bem-estar no Mundo, em especial a partir do momento em que assistimos a um crescendo das ameaças globais, como o terrorismo transnacional, o crime organizado transnacional e, entre outras, as armas de destruição massiva.

² Ver os “três aspetos do poder relacional” (Nye, p. 29.).

O Mundo que vivemos neste primeiro quartel do século XXI é caracterizado pela imprevisibilidade e pela volatilidade, e continua a ter nos EUA “a potência global”, com capacidade de intervenção global³, sem a qual não se podem resolver os grandes problemas do sistema político internacional, mas com a qual também não se resolvem muitos dos grandes conflitos.

Em termos geoestratégicos, consideramos que existem outros dois atores com peso estratégico significativo, casos da Rússia e da China⁴, os quais constituem os principais oponentes à hegemonia norte americana, numa altura em que a Europa e países como o Reino Unido, a França ou a Alemanha estão envoltos, com algum carácter de perenidade, numa crise financeira, que também é de valores.

Esta “trilogia” tem determinado a opção dos EUA pelo investimento na deslocalização do centro de poder mundial da Europa e do Atlântico para a Ásia e para o Pacífico. Mesmo antes desta opção por parte da administração Obama, já era esta a estratégia dos EUA em 2001, com a administração de George Bush a interromper a sua estratégia de segurança nacional em função dos ataques terroristas de 11 de setembro.

Mas será que a “trilogia” EUA-Rússia-China domina o novo Mundo em mudança?

Certamente que não, e a demonstração mais clara desse facto passa por outros atores não estatais, que colocam regularmente em causa a segurança e a estabilidade do sistema político internacional. Senão vejamos...

O cidadão global sente que as pessoas coletivas não estaduais, em especial os terroristas sem máscara, desde a al-Qaeda ao ISIS, levam a recordar os bárbaros que invadiram as civilizações que, noutros tempos, cultivavam os valores da liberdade e da democracia. Hoje, para além destes valores, a maior parte dos estados, e em particular dos estados ocidentais, cultivam ainda os valores do estado de direito democrático e dos direitos do homem, algo que as referidas organizações “bárbaras” abominam em nome da religião, lutando sem tréguas, sem regras e utilizando todo o tipo de instrumentos contra os “ocidentais” e os seus apoiantes.

O cidadão global sente o fenómeno globalização em todas as suas dimensões, no que de melhor e de pior pode trazer às pessoas e ao Mundo, em especial no que respeita à difusão e domínio do que denominamos de ameaças e riscos transnacionais, como o terrorismo, as armas de destruição massiva, o crime organizado transnacional, a pirataria, as pandemias, os estados frágeis, as guerras civis, as disputas por recursos naturais

³ No início do século XXI os EUA detinham um quarto da produção mundial, quase metade das despesas militares globais e vastos recursos naturais e culturais, apenas com cinco por cento da população mundial (Nye, p. 179).

⁴ Para George Friedman (2010, p. 23) “a China é um país que os Estados Unidos irão tentar proteger e manter coeso, para servir de contrapeso aos russos.”.

escassos, as mudanças climáticas e a cibercriminalidade. As ameaças globais estão hoje mais próximas do cidadão, pois são menos territoriais, mais desmilitarizadas e inclusivamente mais difíceis de identificar e de caracterizar. As ameaças globais, e em particular o terrorismo transnacional, têm marcado a agenda do sistema político internacional, em especial depois de 11 de setembro de 2001. Também por isso, o seu combate (que tem de ser devidamente “concertado”) passou a ter um significado ainda maior, ligado claramente à sobrevivência das unidades políticas defensoras dos valores conquistados e consolidados ao longo de séculos. Apesar dos altos e baixos, assistimos a uma evolução considerável desde os ataques de 11 de Setembro de 2001, no que concerne a uma maior cooperação entre as grandes potências e as organizações internacionais, na luta contra ameaças transnacionais como o terrorismo, o crime organizado, a pirataria ou as alterações climáticas. E essa cooperação teve, na sua grande maioria, como pressupostos da credibilidade, a eficiência, a eficácia e a equidade, tendo sempre em consideração aspetos determinantes como os limites da autodefesa, o equilíbrio entre soberania e responsabilidade, a legalidade e legitimidade do uso da força, o respeito pelos direitos do homem e a própria sobrevivência da humanidade.

O cidadão global, desde a Ásia à América passando por África, no interior ou nas grandes urbes, sente e convive com a era da informação e do conhecimento (nem que seja através do telemóvel) e com o poder crescente da economia relativamente à política e à estratégia. A realidade diz que a economia determina hoje as opções políticas e condiciona frequentemente os interesses e os valores dos Estados, com consequências visíveis para o Estado mas também para o cidadão.

O cidadão global sente ainda, a clara deslocalização do centro de gravidade do poder mundial do Atlântico para o Pacífico (também determinada pela Economia), mas também e muito especialmente o *Clash* demográfico entre o Norte “Rico mas Velho” e o Sul “Pobre mas Jovem”, num Mundo que em geral é hoje mais urbano, mais envelhecido, menos seguro, com menos valores e com maiores desigualdades sociais.

O cidadão global continua a sentir que o Estado está cada vez menos capacitado para o proteger adequadamente contra as ameaças e riscos, sejam elas económicas, físicas, ambientais, de saúde ou militares – que ultrapassam facilmente as suas fronteiras. Existe um sentimento de insegurança generalizado⁵. Por outro lado tem a noção de que a comunidade internacional, materializada na ONU ou em outras organizações mais ou menos conjunturais e internacionais, ainda não tem capacidade para assegurar a Paz e a prosperidade dos mais de sete biliões de pessoas que habitam o planeta.

⁵ Para Francis Fukuyama (2015, p. 739) “...todas as sociedades autoritárias e democráticas estão sujeitas à decadência com o passar do tempo. A verdadeira questão é a sua capacidade para se adaptarem e repararem. Não acredito na existência de uma «crise de governabilidade» sistémica nas democracias sólidas. Os sistemas políticos democráticos encontraram crises semelhantes no passado...”.

Este sentir deste e de outros cidadãos globais, vai muito para além das perceções, ou dos estudos mais ou menos científicos, sustentados ou não nas diferentes escolas de relações internacionais, mais realistas ou idealistas. Nas palavras de Adriano Moreira, o Mundo globalizado dos nossos dias, detentor de tanta informação, é marcado diariamente pelo “poder da circunstância”, assumido pelas imagens dos ataques de Paris, dos massacres perpetrados pelo ISIS em terras de ninguém e pelas imagens chocantes dos refugiados que desembarcam em terras da Europa, deixando de lado a guerra na Ucrânia, a guerra quente entre as Coreias, ou a aproximação entre os EUA e Cuba.

E quais são os aceleradores desta mudança tão rápida do mundo que vivemos? Para a NATO (e em especial para o *Allied Command Transformation* – ACT em Norfolk) os aceleradores da mudança constituem os instrumentos do futuro, que urge identificar e caracterizar, como pressupostos da construção de cenários (identificados e trabalhados no âmbito do mais recente conceito estratégico da NATO). Nesse âmbito, foram identificados e trabalhados como aceleradores da mudança (necessariamente estruturantes para qualquer estudo sobre o futuro), a evolução demográfica, a globalização, os recursos limitados, as mudanças climáticas e o uso de novas tecnologias.

Perante esta caracterização sintética do sistema político internacional e dos aceleradores da mudança, é fácil constatar que é tempo de voltarmos às ideias políticas, de voltarmos aos valores, mas também de os defendermos, mesmo que com o sacrifício individual e coletivo, em prol de um futuro melhor. No entanto, é reduzido o número de Estados que têm esta capacidade e vontade política para o fazer, com exceção dos EUA. A Europa (de que o Reino Unido e a França são parte nuclear, independentemente do protagonismo crescente da Alemanha), adormecida nos direitos adquiridos do seu “estado social” e na presunção da boa-fé das relações internacionais, vai-se perdendo na resolução da crise económica e financeira, reduzindo as suas forças armadas a mínimos irrecuperáveis, distraíndo-se na conjuntura em detrimento da estrutura, e sem resolver as questões que efetivamente constroem e destroem civilizações. Por outro lado, a Rússia e a China, em claro crescendo de potencial estratégico (pelo menos ao nível do poder militar e do poder económico), vão-se assumindo como potências globais com capacidade de intervenção regional e em parte global.

Apesar de tudo, neste “Mundo em Mudança” a comunidade internacional continua a não ter capacidade para dar as respostas oportunas e adequadas. É a governança global sem governo global (Stiglitz, p. 30).

3. Uma nova organização mundial?

O diagnóstico a que atrás fizemos referência, sustentado nas relações de poder e numa perspetiva realista das relações internacionais, permite que identifiquemos uma nova organização mundial, independentemente das poucas alterações a que temos

assistido no âmbito da ONU, que mantém a mesma estrutura de poder da Guerra Fria⁶. Por outro lado, entendemos que independentemente do crescendo de atores, designadamente das pessoas coletivas não estaduais, o sistema político internacional continua a ser determinado pelo Estado.

Efetivamente, o Conselho de Segurança da ONU continua a representar os vencedores da segunda Guerra Mundial ao manter os EUA, a Rússia, a China, o Reino Unido e a França como membros permanentes do Conselho de Segurança (CS). Os dez membros não permanentes do Conselho não dispõem de direito de veto, o que tem condicionado e continuará a condicionar todo o tipo de decisões da “comunidade internacional”, muito especialmente nos conflitos em que os interesses dos estados estejam acima dos interesses da Paz e do Desenvolvimento no Mundo.

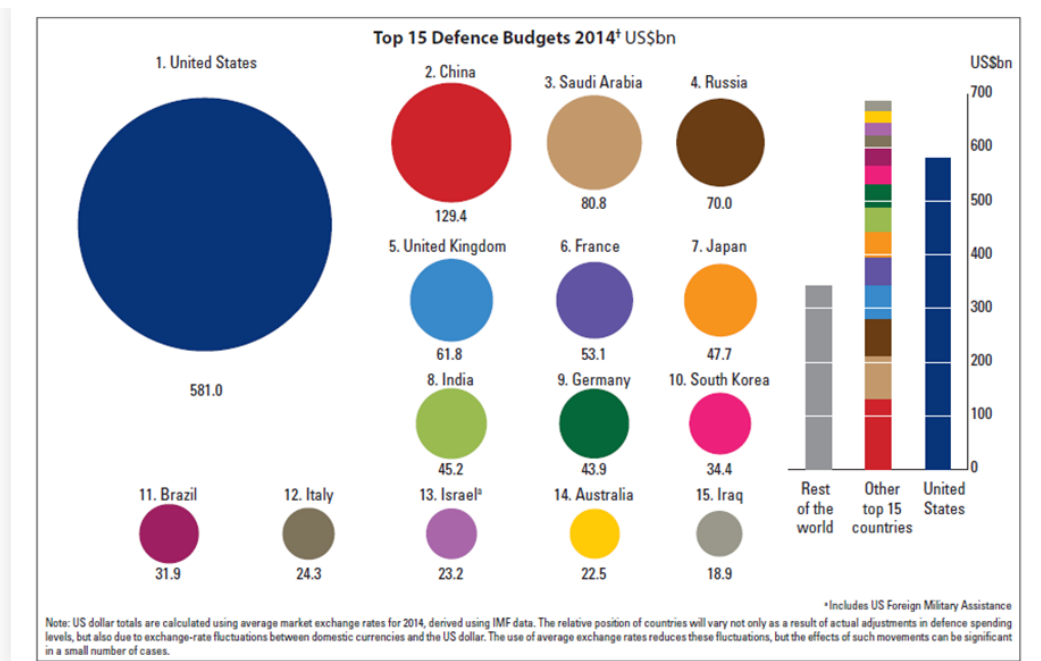


Figura 1 – Os 15 maiores países do mundo em termos de orçamento de defesa (em biliões de dólares) relativo a 2014 (Fonte: The Military Balance 2015, p. 21)

Na prática, os Estados continuam a marcar e a determinar a agenda das relações internacionais, e a “legitimidade” dos cinco membros do CS da ONU, para além de política e económica, também é significativa no que respeita ao poder militar (como escreveu Napoleão «Deus está ao lado dos grandes batalhões»⁷). Na impossibilidade de analisarmos a posição relativa de poder dos cento e noventa e três Estados que têm assento na Assembleia Geral das Nações Unidas⁸, podemos constatar na Figura 1 que,

⁶ Para George Friedman (2012, p. 48) “Estas relíquias da Guerra Fria (a NATO, o Fundo Monetário Internacional e as Nações Unidas) são todas insuficientes em termos de flexibilidade para lidar com a diversidade do mundo atual, que se redefiniu em 1991, tornando obsoletas as velhas instituições.”.

⁷ E como Nye (p. 46) cita Tucídides: “Os fortes fazem o que querem fazer e os fracos sofrem o que têm de sofrer”.

⁸ Ver “La hiérarchie des puissances” da autoria de John Mackenzie, in AAVV, *Puissance et*

em termos de orçamento dedicado à defesa, os cinco membros do Conselho de Segurança estão entre os seis maiores (só “interrompidos” pela Arábia Saudita). Apesar da percepção de que a utilidade da força militar tem vindo a entrar em declínio no século XXI, não podemos deixar de sublinhar que nesta lista se seguem o Japão, a Índia, a Alemanha, a Coreia do Sul, o Brasil e a Itália, que constituem alguns dos países que desde 1945 lutam por um lugar na primeira linha do Conselho de Segurança da ONU.

Em síntese, consideramos que a nova organização mundial é determinada pelos “Estados” com maior poder, mas também pelos diferentes atores que marcam e marcarão a agenda internacional. Na nova organização mundial os EUA⁹ continuam a ser “a potência global”. O seu poder, tangível e intangível, associado à posição geográfica, faz dos EUA o principal ator do século XXI. A China e a Rússia, potências em clara ascensão, assumem entretanto, um papel de destaque numa “primeira linha”. Numa “segunda linha” posicionam-se Estados como a Alemanha, o Reino Unido e a França. Todos estes atores fazem parte de um sistema em que as organizações internacionais como a ONU, a NATO e a União Europeia assumem um papel de “conciliadores” de posições e de interesses, até porque os Estados atrás referidos fazem parte e utilizam essas mesmas organizações para defenderem os seus interesses políticos. Os “desestabilizadores” do sistema compreendem as pessoas coletivas não estaduais, em especial as que, sem rosto, utilizam o terrorismo como técnica, como tática e mesmo como estratégia para alcançarem objetivos políticos, nem sempre identificáveis.¹⁰

Quando assistimos à falta de unidade da comunidade internacional perante os ataques de Paris, os movimentos migratórios do Sul para o Norte do Mediterrâneo ou a guerra entre a Rússia e a Ucrânia, compreendemos que os interesses dos Estados continuam a determinar as opções políticas em cada momento. E as opções estão dependentes das relações de poder, que podem contemplar as necessárias e mais adequadas (por vezes inesperadas) alianças. É o realismo a funcionar. E assim continuará a ser no futuro, seja no cenário de George Friedman (2020 – a China fragmenta-se; 2050 – guerra global entre os EUA, a Turquia, a Polónia e o Japão – as novas grandes potências; 2080 – sistema energético baseado no espaço abastece a Terra; 2100 – México desafia EUA) ou no “contrato social global” a que se refere Stiglitz (2015, p. 25).

rapports de force au XXIe siècle. Conflits Revue de Géopolitique. Hors-Série n° 2, Hiver 2015, Pp. 34-38.

⁹ Ver “Les États-Unis Première par défaut” da autoria de Franck Favier, in AAVV, *Puissance et rapports de force au XXIe siècle. Conflits Revue de Géopolitique. Hors-Série n° 2, Hiver 2015, Pp. 39-44.*

¹⁰ Os conflitos dos caos referidos por António Telo e Nuno Lemos Pires (2013) inserem-se numa mudança da tipologia dos conflitos. Julgamos que os conflitos do caos fazem parte da nova ordem (o caos pode fazer parte da ordem – da norma) e não da transição para uma nova ordem. E nesta “ordem”, os Estados continuam (ainda) a não ter capacidade para dar todas as respostas.

4. Considerações Finais

É certo que o Mundo se encontra em Mudança, materializada pelo crescimento dos atores do sistema e dos níveis de interação, mas também pelos aceleradores da mudança, casos da evolução demográfica, da globalização, dos recursos limitados, das mudanças climáticas e do uso de novas tecnologias.

Como qualquer mudança, também a este nível global assistimos a uma grande instabilidade, materializada por crises económicas e financeiras, crises de valores, crises de recursos, crises ambientais, crescimento de ameaças globais, aumento de movimentos demográficos e lutas pela conquista do ciberespaço, a nova dimensão do poder e dos teatros de operações, militares e civis. Mesmo considerando a crescente subordinação da política e da estratégia à economia, acreditamos que a força militar continuará a ditar a estrutura da política mundial, apesar de não ter a mesma utilidade que já teve nos séculos XIX e XX¹¹.

O Mundo em Mudança tem uma “organização” implícita que inclui ainda os Estados como principais atores, mesmo que impotentes para satisfazerem as necessidades dos cidadãos ao nível da segurança e do bem-estar. Tudo continua a girar em torno dos EUA. Os EUA continuam a ser a potência global (apesar de enfraquecida pela decadência da Europa e pela opção por uma nova estratégia menos interventiva com a administração Obama), a que se segue, numa primeira linha, a China e a Rússia. Numa segunda linha dos Estados estão a Alemanha, o Reino Unido e a França, conjunto de países que, apesar da redução de poder formal, continuam a deter mais investimento na defesa do que a China (158,8 versus 129,4). Identificamos depois os atores “conciliadores”, associados às organizações internacionais como a ONU, a UE e mesmo a NATO, e os “desestabilizadores” como as organizações coletivas não estaduais, casos do ISIS ou da al-Qaeda.

Na certeza de que é muito improvável que tenhamos um governo global, e em face da complexidade crescente da relação entre os diferentes atores, o novo “Mundo em Mudança” exige mais lideranças transformacionais detentoras de inteligência contextual (Nye, p. 17) e certamente maior cooperação entre-Estados (ao nível da segurança coletiva mas também da segurança humana) e intra-Estados (que implica a necessária integração entre as Forças Armadas, as Forças e Serviços de Segurança e os Serviços de Informações). Deste modo, conseguiremos os necessários equilíbrios de poderes regionais e globais, sustentados por alianças justificadas por valores (liberdade, igualdade, vida, estado de direito, democracia...) em que a intervenção militar constitua o ultimo *ratio*¹².

¹¹ Para George Friedman (2010, p. 22) “O século XXI verá ainda mais guerra do que no século XX, mas elas serão bastante menos catastróficas, devido às transformações tecnológicas e à natureza do desafio geopolítico.”

¹² Princípios defendidos genericamente por George Friedman (2012, p. 48) no âmbito do que considera ser determinante: a existência das políticas de sentimentos. Esta postura (em parte seguida pela

Nesse sentido e tendo por objetivo um futuro sustentável para o Planeta, com mais Paz e Desenvolvimento, teremos de atuar, quer local, quer globalmente, mas também de nos reorganizarmos estruturalmente (em especial no que respeita à maior legitimidade dos membros do CS da ONU), tendo por referência uma visão realista mas simultaneamente mais holística da Segurança e do Desenvolvimento.

(Comunicação apresentada no Instituto de Estudos Académicos para Seniores
no ciclo A História tal qual se faz,
dia 7 de Outubro de 2015)

Bibliografia:

AAVV, *L'Atlas des Civilisations. Le Monde La Vie*, Hors-Série, Édition 2015.

AAVV, *Puissance et rapports de force au XXIe siècle. Conflits Revue de Géopolitique*. Hors-Série n° 2, Hiver 2015.

AAVV, *The Military Balance 2015*. IISS, 2015.

BORGES, João Vieira, *O Terrorismo Transnacional e o planeamento estratégico de segurança nacional dos Estados Unidos da América*. Fronteira do Caos, Porto, 2013.

BORGES, João Vieira & RODRIGUES, Teresa Ferreira (coord.), *Ameaças e Riscos Transnacionais no novo Mundo Global*. Fronteira do Caos, Porto, 2016.

BRZEZINSKI, Zbigniew, *Os Estados Unidos e a Crise do Poder Mundial*. Gradiva, Lisboa, 2014.

FRIEDMAN, George, *Os Próximos 100 Anos: Uma previsão para o século XXI*. Livros d'Hoje Publicações Dom Quixote, Alfragide, 2010.

FRIEDMAN, George, *Focos de Tensão. Os choques geopolíticos que ameaçam o futuro da Europa*. Dom Quixote. Alfragide, 2012.

FRIEDMAN, George, *A próxima década: onde temos estado... e para onde nos dirigimos*. Dom Quixote. Alfragide, 2015.

FUKUYAMA, Francis, *Ordem Política e Decadência Política*. Dom Quixote. Alfragide, 2015.

KISSINGER, Henry, *World Order. Reflections on the character of Nations and the course of History*. Penguin Books, London, 2014.

MORGENTHAU, Hans, *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace*. McGrawRHill, New York, 2005.

administração Obama) representa o confronto claro do idealismo das ideias com o pragmatismo e realismo do Mundo real.

NYE, Joseph S., *O Futuro do Poder*. Temas e Debates - Circulo de Leitores, Maia, 2012.

SANTOS, José Loureiro dos, *O Futuro da Guerra*, Nova Veja, Lisboa, 2014.

SMITH, Laurence C., *O Novo Norte - O Mundo em 2050*. Livros d'Hoje, Alfragide, 2011.

STIGLITZ, Joseph E. & KALDOR Mary (coord.), *Em Busca de Segurança*. Bertrand Editora, Maia, 2015.

TELO, António José & PIRES, Nuno Lemos, *Conflitos e Arte Militar na Idade da Informação (1973, 2013)*. Tribuna da História, Lisboa, 2013.